



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002622-93.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Panat Artigos de Vestuário Ltda Me**  
 Requerido: **A F Felipe Confecções e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c ação indenizatória por danos morais em que a autora sustenta nada dever à ré A F Felipe e, mesmo assim, recebeu cobranças diversas desta, inclusive por intermédio da corré Consulth Soluções, o que lhe causou danos morais indenizáveis.

A ação é parcialmente procedente.

A autora recebeu diversas cobranças, conforme folhas 15/23, relativas a compras que teriam sido realizadas junto à A F Felipe.

Todavia, a autora nega as contratações, e inclusive trouxe aos autos boletim de ocorrência mencionando a clonagem de um dos cheques, folhas 106/107.

As rés, por outro lado, não comprovaram a existência dos débitos.

Com efeito, a assinatura lançada nos cheques copiados às folhas 14 e 86 é visivelmente distinta da assinatura verdadeira da representante legal da autora, podendo ser conferida com a de folhas 13 destes autos.

Se não bastasse, a conta bancária da empresa autora é outra que não aquela indicada nos cheques clonados acima, como podemos verificar às folhas 98.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Some-se a tais considerações a circunstância de que as rés não trouxeram aos autos qualquer prova da transação comercial que daria respaldo às cobranças.

Por outro lado, não é caso de acolhimento do pedido indenizatório.

A autora é pessoa jurídica, não titularizando direitos alusivos à honra subjetiva, como se dá em relação às pessoas físicas. Sendo assim, nenhum direito da personalidade da autora, pessoa jurídica, foi afetado com as cobranças. O transtorno, a irritação, o receio experimentado, são fenômenos psíquicos incompatíveis com a pessoa jurídica.

Somente se cogitaria de indenização à empresa autora se a sua honra objetiva ou imagem – esses sim adequados à pessoa ficta – tivessem sido atingidos. Mas tal dano incorreu no caso em tela, em que não houve o protesto dos cheques, a negativação da autora ou qualquer outra sorte de situação capaz de atingir tais direitos.

Cabe acrescentar que, segundo jurisprudência, a simples cobrança indevida, sem a inscrição do nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, não enseja reparação por danos morais. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp 1526883/RS, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, 4ªT, j. 27/09/2016; AgRg no AREsp 673562/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 3ªT, j. 17/05/2016; AgRg no REsp 1486517/RS, Rel. Min. DIVA MALERBI (Des. Conv. TRF 3ªR), 2ªT, j. 03/05/2016; REsp 1550509/RJ, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, 4ªT, j. 03/03/2016; AgRg no AREsp 651304/RS, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, 3ªT, j. 15/12/2015; AgRg no REsp 1517436/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 13/10/2015.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para declarar que a autora Panat Artigos de Vestuário Ltda nada deve, a qualquer título, às rés A F Felipe Confecções e Consulth Soluções em Cobranças Empresariais Ltda.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

São Carlos, 26 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**